

v. 4 n.2 (2021)

Digital Object Identifier (DOI): 10.38087/2595.8801.94

FIM DO IMPÉRIO. MUDANÇAS SOCIAIS E CONTEXTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS. POSICIONAMENTO DO BRASIL EM RELAÇÃO A SI PRÓPRIO E AS RELAÇÕES COM O EXTERIOR

Fabiano de Abreu Rodrigues¹

RESUMO

O objetivo deste trabalho é compreender de que forma o panorama político alterou toda uma sociedade, de que forma o fim do império mudou os contextos históricos, sociais e econômicos de todo o país. É ainda de ressaltar a mudança na forma como o Brasil se posicionou em relação a si próprio e ao exterior com o fim do império. Documentação e outros textos de investigação sobre o tema foram usados para a elaboração deste trabalho.

Para a realização do trabalho foram analisados vários documentos desde discursos parlamentares, cartas pessoais, artigos e editoriais jornalísticos, além das principais obras que compõem a bibliografia sobre o assunto. As três últimas décadas do Império Brasileiro serão as mais focadas, desde a guerra Paraguai vs Brasil (13/12/1864) e finalização no golpe militar que derrubou o último gabinete do Império, e na seqüência o próprio regime monárquico (15/11/1889). Para uma melhor compreensão do processo que culminou com a mudança de regime no Brasil, procedemos a investigação dos principais eventos que lhe precederam, e também a busca de apreensão do sentido da ação de seus principais agentes históricos, permitindo-nos assim vislumbrar as conjunções entre História e personalidade

Palavras-chave: fim do império. Contexto político. Alterações sociais.

ABSTRACT

The objective of this paper is to understand how the political landscape changed an entire society, how the end of the empire changed the historical, social and

¹ PhD, Neurocientista, biólogo, historiador, antropólogo com formações em neuropsicologia, psicologia e psicanálise.

economic contexts of the entire country. Also of note is the change in the way Brazil positioned itself in relation to itself and abroad with the end of the empire. Documentation and other research texts on the subject were used in the preparation of this work.

To carry out the work, several documents were analysed, ranging from parliamentary speeches, personal letters, journalistic articles and editorials, in addition to the main works that make up the bibliography on the subject. The last three decades of the Brazilian Empire will be the most focused, from the Paraguay vs Brazil war (12/13/1864) to the final military coup that overthrew the last cabinet of the Empire, and subsequently the monarchic regime itself (11/15/1889). For a better understanding of the process that culminated with the change of regime in Brazil, we investigate the main events that preceded it, and also seek to apprehend the meaning of the action of its main historical agents, thus allowing us to glimpse the conjunctions between history and personality.

Keywords: end of the empire. Political context. Social changes.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho acadêmico é compreender melhor uma fase muito importante da história brasileira e todas as alterações que se dão com o fim do Império desde as transformações sociais e políticas até às transformações econômicas.

Este artigo tem como base revisão de bibliografia já publicada sobre o tema fazendo uma discussão mais pertinente sobre o assunto, sendo que, os autores mais renomados sobre este tema serão também a base deste trabalho. Entre eles podemos citar as obras de a obra Jorge Ferreira, Lucilia de Almeida Neves Delgado e José Murilo de Carvalho.

2 HISTORIOGRAFIA

A 15 de novembro do ano de 1889, o Brasil passa de uma monarquia que tinha durado cerca de sete décadas para um outro regime político, a República. Contudo, não devemos esquecer que tal transição não acontece sem que antes se tenham aglomerado um conjunto de fatores que levaram a tal desfecho.

O período da monarquia brasileira reparte-se em três períodos distintos. Primeiramente temos o que denominamos de 1º Reinado, período que se

compreende entre a Independência, em 1822, à abdicação de dom Pedro 1º, em 1831. O segundo período, denominado por Regência, compreende-se entre os anos de 1831 a 1840. Por último, o 2º Reinado, compreendido entre a antecipação da maioria de dom Pedro 2º, em 1840, à Proclamação da República, em 1889. Sendo que este último foi período mais longo da Monarquia e no qual se deram o maior número de transformações.

Esta segunda metade do século XIX foi especialmente transformativa do panorama político-econômico e, de certa forma, abalou e isolou as estruturas monárquicas. Várias facções começaram a dividir o panorama político brasileiro e, se por um lado os fazendeiros da Paraíba eram apoiantes da monarquia os do Oeste Paulista eram avessos à centralização do Império.

Na mesma altura, a propaganda republicana fortaleceu-se e foi no ano de 1870 que o Partido Republicano foi formalmente criado na cidade do Rio de Janeiro. Nos anos que se seguiram, outros partidos com as mesmas visões políticas começaram a nascer noutras províncias importantes do Império. Estas primeiras organizações republicanas eram avessos à centralização da Monarquia, principalmente do seu caráter hereditário e do poder excessivo concentrado em D. Pedro II, a vitaliciedade do Senado e o sistema político na sua generalidade que, pela sua natureza não agregava a maioria da população.

O Manifesto Republicano redigido nesta altura viria a influenciar grandemente as primeiras fases políticas da nova República.

O Manifesto Republicano de 1870, publicado no Rio de Janeiro, refletia o pensamento liberal clássico mais do que qualquer outra coisa. Sem dúvida, o Manifesto também pedia o federalismo, como claramente o indica sua famosa dicotomia: “centralização-fragmentação; descentralização-unidade”. Mas quase todo o Manifesto era dedicado ao ataque e desvio do governo representativo por parte do sistema político brasileiro. liberdade democrática, representação, direitos e liberdade individuais eram os pontos fundamentais do Manifesto (CARVALHO, 2010, p. 208).

Outros elementos que colocaram em causa o poder da instituição monárquica foram as alterações na composição do exército. O exército brasileiro tinha cada vez mais elementos da classe popular e que, naturalmente, se opunham às elites que sempre dominaram a sua instituição. A imagem do exército na sociedade, principalmente após a guerra do Paraguai, consolidou-se e passou a ser visto como o salvador nacional. Em pouco tempo os militares começaram a

apoiar os valores republicanos e a monarquia perdeu um dos seus pilares mais importantes aquando da abolição da escravatura em 1888, uma vez que os grandes fazendeiros e grandes apoiantes da monarquia necessitavam grandemente da mão-de-obra escrava para a manutenção das suas fazendas e produções. Perder esta fonte de trabalho e rendimento levou a que este setor perdesse a esperança na instituição monárquica assim como todas as fações mais conservadoras do Império.

O Brasil chegou a um ponto em que a monarquia foi incapaz de conciliar as ambições das novas gerações e das novas visões políticas com as elites conservadoras que queriam manter os padrões inalteráveis.

O denominado “Golpe Militar”, que retirou o poder ao Imperador inicialmente foi apenas desenhado para provocar a derrocada do gabinete Ouro Preto, contudo, acabou por condenar todo o regime monárquico, expulsar Imperador D. Pedro II e toda a sua família, culminando na instauração da República. Pois, “sem dúvida o golpe militar de 15 de novembro de 1889 modificaria a constituição do Estado brasileiro e suas instituições” (FERREIRA e DELGADO, 2010, p. 26).

No entanto, alguns historiadores defendem que o modelo político imposto pela República:

Através de um golpe de Estado liderado pelo Marechal Deodoro da Fonseca, era derrubado, em 15 de novembro de 1889, o Gabinete Ouro Preto e com ele a Monarquia. No mesmo dia já era escolhido o primeiro ministério republicano e no dia imediato eram divulgados o manifesto do novo governo e o primeiro decreto constitutivo do novo regime. Neste decreto, redigido por Rui Barbosa era proclamada provisoriamente a República Federativa, as antigas províncias do Império sendo transformadas em Estados com poder de decretar a sua própria Constituição e de eleger os seus corpos deliberantes e os seus governos (SAES, 2005, p. 17).

Apesar da mudança de regime, a população em geral não notou grande diferença na sua situação uma vez que, nos primeiros tempos da República, Deodoro implantou um regime ditatorial provisório, encerrando a Câmara dos Deputados, abolindo o Conselho de Estado e o Senado vitalício. Outro elemento a destacar nesta fase é o fato de que “em 1891, cerca de um ano após sua eleição como primeiro presidente constitucional, o marechal Deodoro deu mostra disso, desrespeitando a Constituição e fechando o Congresso.” (PRIORE, 2010, p.157).

Observa-se portanto que, a maioria da população viu praticamente inalterada a sua situação e apenas pequenos grupos que tinham apoiado a causa e que viam nesta nova forma política uma solução para o país.

A República, ou os vitoriosos da República fizeram muito pouco em termos de expansão de direitos civis e Políticos. O que foi feito já era demanda do liberalismo Imperial. Pode-se dizer que houve retrocesso no que se refere a direitos sociais. Algumas mudanças, como a eliminação do Poder Moderador, do Senado vitalício e do conselho de Estado e a introdução do federalismo, tinham sem dúvida inspiração democratizante na medida em que buscavam desconcentrar o exercício do poder. (CARVALHO, 2004, p. 45)

3 A REPÚBLICA

A República surgiu no Brasil mais uma vez com os mesmos a controlarem toda a cena política e com um povo excluído das decisões. Nesta altura pode destacar-se o papel dos militares e na força que tiveram para conseguir com que Marechal Deodoro da Fonseca enveredasse pelo golpe militar e por proclamar a República do Brasil. É pertinente afirmar que “a hipótese de que a República brasileira foi, em sua origem, obra dos militares, resultado do descontentamento de setores do Exército e fruto das questões militares que se arrastavam desde o fim da guerra do Paraguai, encontra respaldo nas versões contemporâneas ao fato e na historiografia.” (FERREIRA e DELGADO, 2010, p. 27).

No entanto, não convém esquecer todo o cenário de descontentamento que acima foi citado. Desta forma, podemos dizer que apesar do papel importante dos militares, existia toda uma nação que se começava a desfragmentar em muitos dos seus ângulos.

Foi custoso concluir todo este processo transitório entre o Império e a República e, mesmo assim vive-se um período tudo menos pacífico. Aquando da sua proclamação, a República tinha um caráter oligárquico, com base nos seus aliados. Neste panorama, surge um desentendimento em que as duas forças aliadas se rompem. Temos então em confronto o exército os fazendeiros de café, uma divisão entre civis e militares. Essa luta entre ambos correspondeu ao predomínio inicial do exército e dos cafeicultores em seguida.

No período da República em que o exército dominou, ficou marcado por ser um período de crise tanto política como econômica. Durante estes anos, quem governava caiu no erro de emitir moeda de forma descontrolada (assim como já

havia sido feito durante o Império) o que acabou por atingir fortemente a economia. Ao nível social, e do mesmo modo que o antigo regime o havia feito, os produtores do café do Rio tinham privilégios que os outros não possuíam, o que obviamente gerou uma onda de contestação e de conflitos.

Aos olhos dos países estrangeiros, principalmente europeus, a mudança de regime não acrescentou ou modificou a sua visão sobre o Brasil. Embora fosse um país efetivamente rico e de uma enorme produtividade agrícola, não deixou de ser um país periférico e que necessitava de comercializar com os seus aliados para sobreviver economicamente. Inglaterra tinha um lugar de destaque nesta estratégia.

Todas estas transformações não foram significativas no âmbito político, nem foram vislumbradas melhorias direcionadas para as classes mais desfavorecidas, pois mesmo “sob novas formas, os antigos e os novos dominantes do poder manteriam firmes as rédeas do comando” (FERREIRA e DELGADO, 2010, p. 26).

Contudo, nos anos seguintes, e contrariamente a muitas ideias que proclamavam que as classes mais baixas assistiam a todo o processo sem levantar a voz, começam a surgir algumas revoltas. Muitas classes que se sentiam injustiçadas começam a revelar vontade de expressar o seu descontentamento e a reivindicar os seus direitos. Os militares de facções mais baixas e os operários são os que terão uma voz mais ativa em todo o processo embora muitas vezes falhassem em exercer em pleno todos os seus direitos como era o caso da participação em votação.

[...] no campo da ação política, fracassaram sistematicamente as tentativas de mobilizar e organizar a população dentro dos padrões conhecidos nos sistemas liberais. Fracassaram os partidos operários e de outros setores da população; as organizações políticas não-partidárias, como os clubes republicanos e batalhões patrióticos, não duravam além da existência dos problemas que lhes tinham dado origem; ninguém se preocupava em comparecer às urnas para votar (CARVALHO, 2004, p. 141).

Estes movimentos de revolta popular eram muitas vezes desorganizados e não ocorriam obedecendo à lei da época sendo muitas vezes cunhados de extremistas, como foi o caso dos Jacobinos.

No início do Brasil república o principal papel dos Jacobinos foi defender o vice-presidente Floriano Peixoto. Eram os maiores aliados político-

militar do vice-presidente, o mesmo tomou posse na presidência com a renúncia de Deodoro da Fonseca em 23 de novembro de 1891 e cujo mandato presidencial foi contestado como ilegal em 1893, em seguida é deposto e ocorre eleição direta. Mas ainda no seu governo os Jacobinos (Florianistas) diziam-se defensores do nacionalismo, pois suspeitavam que principalmente os portugueses assim como outros estrangeiros estivessem conspirando contra Floriano e a República.

Após a ascensão de Prudente de Moraes ocorre o predomínio das oligarquias, que detinham o poder econômico e com isso manipulava a política a partir das compras de votos e demais meios usados para burlar o sistema político conforme os interesses do grupo predominante. Estes métodos utilizados para burlarem as eleições ficaram conhecidos na história brasileira como; política dos governadores, café com leite, coronelismo e voto de cabresto, pois todos eles se referem aos métodos utilizados para manter o poder dos políticos através de eleições fraudadas e que possibilitou manter o poder até o ano de 1930.
(MENEZES, 2020)

É evidente verificar que os alicerces deste primeiro modelo de República eram incertos e tinham características muito próprias e imensas influências que se foram adaptando ao contexto em questão sendo que a Constituição de 1891 expressava valores assentados na filosofia política republicana-positivista, bem como em princípios do clássico liberalismo individualista. Mantinha-se uma ordem socioeconômica que beneficiava somente segmentos oligárquicos regionais.

4 CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi traçar um panorama histórico sobre o fim do Brasil imperial e a entrada da República.

Como pode ser analisado ao longo deste trabalho, a queda do Império Brasileiro foi obra de variados fatores e de descontentamento por parte de muitas classes sociais, tendo culminado com a ação dos militares.

No final da década de 1880, a monarquia brasileira acabou acumulando enormes desconfortos, encontrando-se numa situação de crise. O Império representava uma forma de governo que, na prática, já não correspondia mais às mudanças sociais em processo. Fazia-se necessário a implantação de uma nova forma de governo, que fosse capaz de fazer o país progredir e avançar nas questões políticas, econômicas e sociais.

A primeira República, mais evidente no seu período transitório, não deixou de parte na sua totalidade o modelo imperial de governar o território e não trouxe às classes mais desfavorecidas as mudanças que estas desejavam. Embora

viessem a demonstrar o seu descontentamento, nem sempre o fizeram da melhor maneira ou da forma mais eficaz.

Todo este processo de adoção de um novo regime político se deu num clima de grande fragilidade tanto política e social como econômica. Por consequência foram inúmeros os protestos e conflitos sociais assim como as contestações políticas.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo caminho.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi.** 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 196 p.

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Tempo do Liberalismo Excludente – da proclamação da república à Revolução de 1930.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FREITAS, Marcos Cezar (org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva. In: O Diálogo convergente: Políticos e Historiadores no início da República.** 6. Ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010.

MENEZES, Andson José de. **Primeira República: Transição do Império para República e os conflitos políticos – 1889.** *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento.* Ano 05, Ed. 07, Vol. 01, pp. 136-152. Julho de 2020

PRIORE, Mary Del; VENANCIO, Renato. **Uma Breve História do Brasil.** São Paulo: Planeta do Brasil, 2010.

SAES, Décio. **A Formação do estado burguês no Brasil 1888-1891.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SAES, Guillaume Azevedo Marques de. **Tese: A República e Espada: a primeira década republicana e florianismo – USP.** São Paulo, 2005.

SILVA, Beatriz Coelho.

JACOBINISMO: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/JACOBINISMO.pdf>>. Acesso em 08/07/2019 20:33

SKIDMORE, Thomas E. **A criação do Brasil “Moderno”: 1870-1910.** In: Uma História do Brasil. Tradução de Raul Fiker, São Paulo: Paz e Terra, 1998.